

# 1º Encontro da Rede Rural

4 – 7 de julho de 2006, Niterói, Universidade Federal Fluminense,

**GT: Agricultura familiar e formas de organização do trabalho**

## **A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade.**

**Eric Sabourin**, Sociólogo, pesquisador do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento, CIRAD, UR ‘Ação coletiva, mercados e renovação das políticas públicas’, pesquisador Visitante do CNPq e professor visitante no Departamento de Sociologia da UnB. [sabourin@cirad.fr](mailto:sabourin@cirad.fr)

Endereço : SQS 310 , bloco i , apto 305, 70363-090, Brasília - DF

**Resumo:** A partir de olhares cruzados sobre a ajuda mútua na agricultura em várias sociedades rurais contemporâneas, o trabalho interroga a natureza e os princípios econômicos que regulam essas práticas, geralmente definidas como intercâmbios de serviços. A análise das formas de ajuda mútua e dos valores que mobilizam ou que produzem, revela que essas práticas não correspondem a categoria do intercâmbio ou da troca, mas do princípio de reciprocidade. A universalidade dessas práticas pelo mundo afora, permitem caracterizar diversas dinâmicas e estruturas de reciprocidade.

**Palavras chaves :** trabalho agrícola, ajuda mútua, intercâmbio, reciprocidade, dádiva.

## **Mutual assistance in agriculture: between exchange and reciprocity**

**Abstract:** Based on transversal outlooks about mutual assistance in several contemporaneous rural societies, the paper examines the nature and the economic principles which rule these practises usually defined as exchange of mutual services. Analysis of mutual help forms and of the values they produced shows that these practises don't belong to the category of exchange, but to the reciprocity principle. The universality of these practices, all over the world, allows to characterize several dynamics and structures of reciprocity.

**Key words:** rural labour, mutual assistance, reciprocity, gift, exchange.

## **Introdução**

Na maioria das sociedades rurais contemporâneas, uma parte importante do trabalho agrícola é ainda objeto de relações de ajuda mútua, mobilizando os membros de várias unidades de produção familiar, vizinhos, parentes ou aliados, quando não o conjunto da comunidade.

Na França ficou a figura camponesa dos mutirões de colheita e, sobretudo de debulha dos cereais que duraram até o fim dos anos 70 (Mendras, 1967, Gervais *et al.*, 1977). Na Europa, certas tradições permanecem apesar do fim da sociedade camponesa.

Trata-se, por exemplo, na França, da ajuda mútua ampliada aos próximos, amigos e parentes da família para a colheita de uvas, a matança do porco ou a fabricação da cidra. Novas formas de ajuda mútua agrícola apareceram com a evolução dos sistemas de produção : para a silagem de forragem ou no caso das Cooperativas de Uso de Máquinas Agrícolas Comum, as CUMA.

Nas sociedades rurais dos países do Sul, a ajuda mútua continua onipresente e até essencial para

certos sistemas de produção. Ela é muitas vezes associada à festas, cerimônias e rituais. Esse tema mobilizou poucos trabalhos recentes, mas conta com referências na Ásia (Condominas, 1973), na África (Belloncle, 1979), na América Latina, em particular nos Andes (Alberti e Mayer, 1974) e no Brasil (Caldeira, 1957, Galvão, 1959, Candido, 1983; Margarido, 1974).

As formas de ajuda mútua vêm sendo objeto de permanências e de transformações, o artigo interroga os fundamentos econômicos e sociológicos dessas práticas a partir da análise de exemplos nas sociedades rurais da França e de diversos países, em particular do Brasil.

Será que essas prestações têm a ver com a dádiva solidária identificada por Mauss (1924) ? Será que correspondem às categorias econômicas identificadas por Polanyi (1944) : a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio ? Certas prestações, antes gratuitas, passam a ser pagas ou contadas, colocando a questão do modo de regulação econômica e social da ajuda mútua na agricultura.

A primeira parte do artigo analisa vários exemplos de permanência e transformação de práticas de ajuda mútua. A segunda parte examina as tensões entre tais práticas e os projetos e políticas de desenvolvimento rural. A terceira discute os fundamentos teóricos permitindo explicar essas transformações e tensões.

## **I . Permanência, diversidade e dinâmicas da ajuda mútua.**

### ***Unidade e diversidade das prestações de trabalho agrícola***

Na maioria das sociedades rurais do mundo, existe um termo específico para designar a ajuda mútua, e, geralmente, diversas terminologias para declinar a sua variedade: *coubiage* no patois do Poitou na França, *juntamão* em crioulo da Guiné-Bissau, *n'catoo fungha quisif* para a etnia Balanta desse país, *Tiwi, waké ou Tapaï* na língua Kanak *Xaraaçu* da Nova Calédonia ; *musada* em ci-mahorais da ilha de Mayotte, *kihuate* em Kibundo do Angola ; *ipaamuu* em Jivaro do Peru ; *mitka, minka* e *ayni* nas comunidades camponesas Quíchua dos Andes, *mutirão* no Brasil.

No Nordeste brasileiro, o termo *mutirão*<sup>1</sup> pode designar dois tipos de ajuda mútua: os convites de trabalho em benefício de uma família, geralmente, para trabalhos pesados (desmatar uma parcela, fazer uma cerca, construir uma casa) e a que tem a ver com os bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de estradas, escolas, barragens, cisternas). Neste caso a participação do conjunto das famílias é esperada: os homens para os trabalhos mais duros, as crianças e jovens para limpar as reservas de água, as mulheres para as *farinhadas* de mandioca (Caron e Sabourin, 2001).

Na Ilha de Mayotte (Arquipélago das Comores) a ajuda mútua ou *musada* é associada aos grupos reunindo os membros da aldeia por classes de idade, chamadas de *zikao* (*shikao* no singular).

*O shikao é um grupo de ajuda mútua ligado a organização de eventos sociais como o matrimônio, a circuncisão, os funerais e rituais para comemorar os falecidos. É composto de homens ou de mulheres da mesma aldeia e tradicionalmente da mesma classe de idade. O objetivo do grupo é ajudar seus membros para assumir suas obrigações sociais, para manter a tradição (trad nossa) (Sourisseau et al., 2004).*

A *musada* é um grupo de ajuda mútua mobilizado para os trabalhos agrícolas e a construção das casas. *A musada implica uma participação em trabalho ou, no mínimo, uma presença física para marcar seu envolvimento com o grupo. Se o indivíduo não participa, não poderá, por sua vez, solicitar os seus próximos. Além de uma degradação do seu reconhecimento social, perde seu acesso aos diversos serviços estabelecidos pela vizinhança e a família. A musada é compartilhada em diversas escalas e fortalece o pertencimento à comunidade, ao bairro ou ao*

---

1 A palavra vem do tupi *mutirum* ou *muxirum*, ou do Guaraní, *potyrom* que quer dizer colocar a mão na massa

*grupo familiar. Shikao e musada governam a circulação de uma parte dos produtos e das riquezas e da redistribuição em trabalho, capital, serviços e bens, essencialmente de natureza agrícola (Sourisseau et al., 2004).*

A rizicultura de manguezais dos camponeses Balantas da Guiné-Bissau e Diola do sul do Senegal é fundada num sistema de ajuda mútua mediante a mobilização de grupos de trabalho chamados *kilé* em Balanta e *ekafay* em Diola. São grupos de jovens da mesma aldeia que oferecem os seus serviços contra uma retribuição coletiva, a maior parte em alimentos e bebidas. Esse sistema leva os agricultores a acumular viveres permitindo o convite da mão de obra indispensável para o cultivo do arroz. Os grupos de trabalho Balantas, alimentados e pagos com arroz, álcool, fumo e dinheiro, apenas podem gastar sua retribuição na forma de consumo coletivo durante festas. Esse tipo de remuneração, apesar de individual, não permite uma acumulação (Sidersky, 1987). Nos Diolas do Senegal, os *ekafay* reúnem também de maneira separada os homens, as mulheres e os homens jovens. Os *ekafay* praticam uma ajuda mútua entre seus membros para os trabalhos agrícolas mais pesados (lavoura), e requerendo uma mão de obra importante (colheita) além das capacidades da família extensa (Mercoiret et al., 2004).

### ***Na Europa, une qualificação jurídica.***

Na França a ajuda mútua é juridicamente definida como um intercâmbio de serviços recíprocos pelo Código Rural (Couturier, 2001). *“A ajuda mútua agrícola entra na categoria jurídica dos contratos especiais. É uma convenção na qual existe uma reciprocidade de obrigações ( ) é uma forma de intercâmbio de serviços , em trabalho e em meios de exploração da terra entre agricultores (Não existe ajuda mútua quando uma das partes não tem o estatuto de agricultor), exclusiva de toda contrapartida, em dinheiro ou em natureza (trad nossa).*

O Code Rural francês (art. L.325-1 e seguintes) define a ajuda mútua como uma « convenção na qual existe uma *reciprocidade de obrigações* » (Lorvellec e Couturier, 2000). O mesmo tipo de definição pode ser observado em outros países europeus como Alemanha, Espanha e Itália.

O Code rural explica, portanto que não pode haver *contrapartida em dinheiro* e que *não existe ajuda mútua se uma das partes não é agricultor*. A reciprocidade na produção exerce-se entre pares. Bodiguel (2004) precisa também que « *a noção jurídica de atividade agrícola reflete uma agricultura irredutível à uma só dimensão econômica (o intercâmbio) e ainda menos a única relação mercantil* » -(trad nossa).

O direito rural francês reencontra, portanto Mauss e os antropólogos peruanos ou africanistas, para reconhecer na ajuda mútua uma relação de reciprocidade no ato de produção e não uma relação de intercâmbio. Ora bem, como explicar a permanência da ajuda mútua de reciprocidade num mundo cada vez mais colonizado pelo livre câmbio capitalista, e como explicar a dinâmica original da ajuda mútua, a obrigação de devolver?

### ***A devolução da ajuda e a dinâmica da reciprocidade***

Cabe a Polanyi (1944) ter, na continuidade de Malinoski e Mauss, identificado a reciprocidade como uma categoria econômica diferente do intercâmbio e associada à redistribuição. Propõe uma tipologia dos sistemas econômicos dando conta das diferentes maneiras de institucionalização do processo econômico na sociedade. Polanyi identifica três formas de integração econômica e social : a reciprocidade que ele define como os « *movimentos entre pontos de correlação dos grupos sociais simétricos ; a redistribuição: movimentos de apropriação em direção de um centro e logo desse para o exterior e o intercâmbio : movimentos de ida e volta de bens tais como aqueles existindo num sistema mercantil* »

Essas três formas coexistem em quase todas as sociedades, mesmo se uma delas pode ser dominante. Para Polanyi, a reciprocidade supõe uma estrutura de grupos simetricamente

ordenada. A redistribuição depende da existência de um centro no seio do grupo. O intercâmbio, considerado como modo de integração social e econômico, baseia-se sobre a existência de um sistema de mercado de concorrência, criador do preço, o tal mercado autoregulador.

Para Godbout (2004) a reciprocidade é um «*fenômeno tão importante que pode-se falar de uma força social elementar*». Temple (2004) define a reciprocidade como o redobramento da ação ou da prestação que permite reconhecer o outro, como outro ego, e participara assim de uma comunidade humana. Existe uma obrigação de devolver a ajuda ou de participar dos trabalhos comuns, segundo os princípios identificados por Mauss (1924): a tríplice obrigação de dar, receber e devolver.

Nas sociedades camponesas Diolas e Balantas, as transformações da ajuda mútua e dos grupos de trabalho por classe de idade, parecem precisamente, engajar o conjunto da organização da sociedade rural; portanto, essas prestações podem ser assimiladas ao fato social total de Mauss.

De fato, o retorno da ajuda mútua não é obrigatório em termos contratuais, nem em termos absolutos. Está sendo esperado em termos de sociabilidade e de humanidade. É uma das diferenças entre o princípio de intercâmbio e aquele de reciprocidade.

Em 1983, Temple, a partir de observações entre comunidades indígenas e camponesas da América do Sul, propunha já considerar a reciprocidade, não como uma contra-dádiva simétrica, mas como a *obrigação para cada um de reproduzir a dádiva como forma de organização da redistribuição econômica*.

Distingue assim o intercâmbio (a troca) da reciprocidade: «*A operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos*» (Temple, 1999:03).

A ajuda mútua não é tampouco obrigatoriamente igualitária e simétrica: existe uma devolução, mas sem contagem ou simetria das prestações, o que se espera é apenas o retorno do gesto, do ato ou a participação nos trabalhos comuns. Pode existir uma forma de competição entre os participantes, pelo amor do trabalho bem feito, por exemplo, para ser o melhor jovem lavrador entre os Balantas ou Diolas, ou entre as famílias que convidam em termos de redistribuição de alimentos e de bebidas. Na Guiné Bissau e na Angola, os grupos de trabalho por classes de idade (*Kilé* em Balanta da Guiné Bissau, *Kifukila* em Kibundo) gostam de cultivar essa concorrência entre seus hóspedes (Sidersky, 1987). Era a mesma competição entre famílias para os banquetes e festas na debulha das cereais no Poitou, na França, até os anos 70. Eram, geralmente os peões e jovens que se encarregavam de motivar essa competitividade, com comentários, brincadeiras, mas também, louvando as cozinheiras com cantos e histórias no fim de cada mutirão de debulha em cada fazenda. As rivalidades e os desafios em matéria de força e de trabalho, de qualidade da recepção dos grupos de ajuda mútua podem mobilizar diversas formas de jogo. Nos sistemas econômicos de reciprocidade, a hospitalidade, a prodigalidade e a generosidade conferem prestígio e reputação que podem até se transformar em fonte de autoridade ou de poder.

Em Mayotte, no *zikao*, a participação em tempo, dinheiro e em alimentos é controlada pelo conjunto do grupo, pelo chefe do *shikao* e até, pela família ou a comunidade. Em certos casos, um membro do grupo que não participa, recebe advertências. Se o seu comportamento não muda, não pode mais beneficiar da ajuda dos seus pares, e dificilmente pode cumprir com as suas obrigações sociais.

Entre os agricultores Balantas e Diolas, ou em Mayotte, as classes de idade que estruturam os grupos de ajuda mútua, permitem diferenciar os estatutos de produção. Esse sistema permite, entre outras funções, superar as rivalidades que pode gerar a competição para o prestígio por meio da redistribuição. O mecanismo das classes de idade vem substituindo o prestígio obtido pela redistribuição das riquezas, por aquele da ética social reservada aos iniciados, e obtida ao longo de um percurso de todos os estatutos sociais da sociedade. Nos *ekafay* Diolas, a introdução da diferenciação por classes de idade é associada ao período da islamização. Mas de memória Balanta, do outro lado da fronteira, sempre houve classes de idade, apesar de uma resistência radical ao islã. Portanto, os vetores da organização simétrica em classes de sexo e de idade, em

clãs, são diversos segundo as tradições, mas, obedecem aos mesmos princípios e geram os mesmos tipos de valores.

Esses exemplos no mundo afora, permitem entender a origem, as evoluções e a permanência da ajuda mútua. Ajudam também a compreender como ela pode ser mal interpretada, sofrer do domínio das relações de livre câmbio, e até desaparecer.

## **2. Tensões com a extensão do mercado de intercâmbio**

As evoluções diferenciadas das formas de ajuda mútua no tempo e no espaço testemunham da dinâmica das estruturas de reciprocidade e da sua capacidade de adaptação. Mostram formas de atualização dos valores humanos de compartilhamento, de solidariedade, inclusive em ambientes hostis, por exemplo, quando as condições de reprodução das sociedades indígenas ou camponesas não são mais garantidas ou quando os projetos e as políticas públicas privilegiam o desenvolvimento de estruturas de intercâmbio e ignoram as relações de reciprocidade.

### ***As transformações da ajuda mútua e o desenvolvimento do intercâmbio***

No Poitou francês, a ajuda bilateral entre duas famílias é chamada *coubiage*. Era indispensável entre os agricultores familiares para a colheita dos cereais e do feno. A partir dos anos 1920, com a introdução das debulhadoras a vapor, manejadas de maneira coletiva ou associativa, a debulha mecânica passa a exigir uma forma de ajuda mútua ampliada ao conjunto das famílias da aldeia. As “*batteries*” (debulhas) se tornaram uma das principais oportunidades de ajuda mútua e de festa rural, durante o fim da era camponesa nessa região. Foram o progresso técnico (mecanização e logo motorização) e a modernização institucional (cooperativas) que provocaram a ampliação da esfera da ajuda mútua e de redistribuição compartilhada do trabalho entre as famílias. De fato, esse sistema desapareceu com as arrumações fundiárias que permitiram a reunião de parcelas em campos maiores e a entrada das colheitadeiras automotorizadas no fim dos anos 1970. Os camponeses voltaram então as formas de ajuda reduzida, ao *coubiage* entre duas famílias.

Quando, mais tarde, apareceu uma nova inovação técnica com a silagem das forragens, os agricultores ativaram a CUMA esquecida para comprar uma ensiladeira em comum e mobilizaram de novo a ajuda mútua ampliada para dispor de tratores e carretas para satisfazer a capacidade da ensiladeira e mão de obra para amontoar o silo. Porém, a ajuda mútua ampliada funcionou sem a festa. Os camponeses tinham se tornados agricultores familiares modernos. Não podiam mais pagar assalariados e eram demasiado ocupados pelo trabalho; suas esposas trabalhavam fora da fazenda, não tinham tempo de cozinhar para dez ou quinze homens. Os mutirões de silagem têm funcionado de fato, para satisfazer o interesse material de cada membro do grupo, mas sem redistribuição, sem banquete, até, às vezes, sem retorno da ajuda para certas famílias, em todo caso, sem produzir tanto laço social entre elas. Eram exatamente as mesmas famílias, os mesmos agricultores que, dez ou quinze anos antes, se reuniam para as debulhas, mas não existia mais sociedade camponesa. A força da reciprocidade tornou-se menor e a lógica do intercâmbio dominante. A solidariedade, de fato não desapareceu, mas corresponde principalmente a expressão moral (a cooperação) de um interesse coletivo material, compartilhado por indivíduos.

Em Mayotte, houve também adaptações: os convidados da *musada* não são mais indivíduos membros da aldeia, mas associações esportivas, culturais, etc. Com a emigração dos jovens para a metrópole, *as dinâmicas podem se abrir aos que não nasceram na aldeia de maneira a manter as redes de reciprocidade* (Sourisseau et al., 2004).

Hoje, no Nordeste do Brasil como na França ou na África do Oeste, no caso da ajuda mútua de reciprocidade, os dias de trabalho não são contabilizados, diferentemente do sistema de troca de diárias, também praticadas. Esse intercâmbio pode ser monetário. Certos agricultores pagam um diarista em lugar de assumir, eles mesmos, a sua prestação. Assumem, assim a sua obrigação material, mas não seu dever social por não participar fisicamente do mutirão (Sabourin, 2000). De fato, essa avaliação, e as suas conseqüências em termos de pressão social, dependem dos valores dominantes na comunidade: sociais ou materiais. Esse mostra que os limites entre intercâmbio e reciprocidade podem ser sutis, precisamente por depender de uma escala de valores éticos.

As sociedades rurais africanas são, ainda hoje, entre as mais ricas em matéria de práticas de reciprocidade. A ajuda mútua na produção reveste diversas formas e qualificativos. Distinguem-se no mínimo, os trabalhos comunitários na aldeia ou na concessão, a ajuda entre famílias e os convites de grupos de trabalho por classe de idade e de sexo (*Kifukila* na Angola, *kilé* na Guiné Bissau). Esses grupos de trabalho funcionam como associações e têm progressivamente incorporado formas de remuneração não apenas em natura (alimentos e viveres), mas em dinheiro, sem pelo tanto, que isto corresponda a um tipo de assalariamento. Até os anos 1980, esse dinheiro era destinado a financiar festas coletivas do grupo, incorporando a modernidade: luzes e música elétrica. Mais tarde, essas remunerações passaram a ser objeto de um contrato verbal anterior entre o agricultor e o grupo. O *kilé* guinéense tornou-se um tipo de cooperativa de trabalho (Sabourin, 1988).

Na África como no Nordeste ou nos Andes, certas práticas de reciprocidade (ajuda mútua, festas) sofrem da concorrência com novas relações de intercâmbio: salário diário, venda de álcool ou pagamento de entrada nas festas. Mesmo se esse fato não é percebido pela população e, sobretudo pelos mais jovens, quando tais práticas passam a se mercantilizar, pouco a pouco, deixam também de garantir uma atualização “moderna” das relações e estruturas de reciprocidade, susceptíveis de manter a mesma qualidade da relação humana e os mesmos valores. A troca de diárias torna-se então bem diferente do *kihuate*, do *ipaamu* ou do *mutirão*.

### ***Os limites das organizações profissionais de agricultores***

A integração ao mercado e à sociedade nacional (administração, escola, igrejas, serviços técnicos) tem levado as comunidades rurais a dotar-se de novas estruturas de representação, de cooperação e de troca monetária, sem abandonar, portanto as formas de organização e, sobretudo, os valores e as práticas da reciprocidade camponesa. Porém, além de trazer soluções, essas formas de organização criam também, novos problemas na medida que ignoram ou desrespeitam as regras da reciprocidade porque foram formatadas segundo os princípios da concorrência e do intercâmbio. Durante uma avaliação do fracasso das cooperativas de produtores de café na Província de Uíge na Angola (Sabourin e Ribaud, 1989), as explicações dos camponeses Kibundo levaram a entender que rechaçavam um modelo coletivista de cooperativa de produção que tornava anônimo o ato de produção e o fruto do trabalho de cada um. Porém, aceitavam a idéia de uma cooperativa de serviços, de uso de material em comum, que respeitasse a produção de cada família. Também, queriam acabar com o nome de *cooperativa* para usar o termo Kibundo de *kihuate* que significa ajuda ou reciprocidade na roça. Os técnicos da Direção das Cooperativas até podiam aceitar cooperativas de serviço, mas não mudar de nome.

A difusão do modelo da cooperativa ou da associação de produtores mediante programas de desenvolvimento, associada a recursos externos (embora temporários) tem estimulado as relações de troca ou de assalariamento, além de orientar a produção para uma especialização em função das exigências do mercado de intercâmbio capitalista.

De fato, existe uma contradição entre a lógica da obrigação social em comparecer para um

mutirão e os princípios « democráticos » das organizações profissionais de agricultores (cooperativas, associações, etc). Nessas estruturas profissionais a adesão é voluntária, livre, mas também contratual mediante o pagamento de uma cota ou taxa.

O exemplo dos agricultores do Poitou mostra como as CUMA e a modernização das máquinas agrícolas não têm impedido, no início, as relações de reciprocidade, provocando pelo contrário a sua ampliação, mas em quanto existia uma sociedade local ou regional camponesa. Este tipo de atualização das práticas de reciprocidade e dos valores produzidos pode ser observado em outras regiões, onde a comunidade de reciprocidade continua a resistir. É o caso entre as comunidades Quíchua e Aymara da Bolívia e as formas locais de estruturação dos sindicatos camponeses (Michaux et al, 2004; Temple, 2004a). Existe o mesmo princípio de atualização e modernização das estruturas - ou dos receptáculos - da reciprocidade na organização dos conselhos e das federações das comunidades indígenas da Amazônia peruana e equatoriana (Sabourin, 1981 ; Federacion Shuar, 1976; Descola, 1988). No Brasil foi o caso das associações comunitárias criadas para receber os títulos de propriedade coletiva e manejar as terras de fundos de pasto, pastagens comuns na floresta seca, a caatinga, no Nordeste da Bahia (Sabourin , 2001).

### **3. Ajuda mútua: entre reciprocidade e intercâmbio**

#### ***A atualidade da reciprocidade***

Godbout (2000) no Canadá, Caillé (2001) na França, Temple (1997, 2004) na África e na América do Sul, Martins no Brasil (2002) tem mostrado, entre outros autores, como os princípios da economia de dádiva podem ser aplicados às sociedades modernas do Ocidente, a partir do momento que deixam de ser analisadas pela única visão da economia de troca. Em todas as sociedades humanas encontram-se, as duas lógicas econômicas, intercâmbio e reciprocidade, cada uma sendo mais ou menos desenvolvida segundo as prioridades das comunidades: privilegiar o interesse privado ou os valores humanos.

Temple (1999) lembra como valores específicos podem ser associados a cada uma dessas duas lógicas econômicas. Utiliza-se o valor de câmbio, medido pelo equivalente da moeda no marco das prestações de intercâmbio, e recorre-se a outros valores (confiança, responsabilidade, equidade, prestígio, amizade, honra) gerando diversas formas de equivalência material e ou simbólica no caso das relações reguladas pela reciprocidade.

Pode-se verificar que as relações de intercâmbio produzem, sobretudo valores materiais, valores de uso e um mínimo vital ou funcional de valores humanos, comparadas com as relações de dádiva e de reciprocidade. O sistema do livre câmbio leva ao desenvolvimento da concorrência para a acumulação privada de valores materiais e à exploração do homem pelo homem, segundo a crítica marxista da alienação do sistema capitalista. Logo, foi demonstrado como o domínio desse modelo produz exclusão econômica e leva à destruição do laço social. Porém, como faltam ferramentas ou referências para analisar como restabelecer, criar ou gerar o laço social (fala-se também de capital social) é importante estudar as relações e estruturas de reciprocidade, em primeiro lugar, onde elas existem ou subsistem, como nas práticas de ajuda mútua.

#### ***As estruturas de reciprocidade***

Mauss (1924) viu a primazia da obrigação de devolver, da qual diz que ela é total e imperativa do fato social, mas sem extrair dessa preeminência, o princípio da reciprocidade. *Nas prestações totais, tudo é simbólico e tudo é recíproco* diz Mauss. Lévi-Strauss (1950) cobra de Mauss, não ter postulado o intercâmbio no centro dessa função simbólica. Mas, associando aliança e parentesco à tríplice obrigação : *dar, devolver e receber*, Mauss desenhou um projeto que Lévi-

Strauss propõe logo nas *Estruturas elementares do Parentesco*, ordenando as relações de parentesco ao princípio de reciprocidade. Lévi-Strauss trata da *reciprocidade direta (ou bilateral)* com o termo de *intercâmbio restrito ou simétrico* (casamento com a prima cruzada bilateral) e da *reciprocidade indireta*, com o termo de *intercâmbio generalizado ou assimétrico*. Segundo Lévi-Strauss (1947) a noção de estrutura designa as diversas maneiras pelas quais o espírito humano constrói valores e sistemas de valores. Mas Lévi-Strauss não estabelece uma diferença entre sistemas de intercâmbio e de reciprocidade, porque considera a reciprocidade como uma forma de troca recíproca e simétrica.

As estruturas elementares de reciprocidade foram sistematizadas por Temple (1998) quem identifica certos dos valores humanos que produzem ou reproduzem.

- a reciprocidade *bilateral* corresponde às relações interpessoais de aliança (matrimônio, compadrio) e de amizade que se estabelecem entre indivíduos, famílias e grupos. A ajuda mútua na agricultura é típica da reciprocidade bilateral na produção entre duas famílias. O *coubiage* do Poitou (a palavra vêm do velho francês : *couple, coupler*) é uma estrutura de reciprocidade bilateral simétrica que gera amizade, aliança e proximidade.

- a reciprocidade *ternária* implica, no mínimo, três partes. Pode ser unilateral: por exemplo, a dádiva intergerações (relação entre pais e filhos) que produz a responsabilidade. Ela pode ser bilateral, por exemplo, no caso do compartilhamento de recursos comuns, ela produz então a justiça e a confiança.

Assim o compartilhamento da força de trabalho de um grupo para o acesso ou o manejo de bens comuns, gera a confiança, valor que Douglas (2004) e Ostrom (1998) colocam no centro da ação coletiva e da construção de instituições locais.

Mas o compartilhamento da gestão ou da preservação de um recurso renovável que interessa as gerações futuras (floresta, rios, fontes d'água) produz também o valor de responsabilidade.

- No caso da reciprocidade *centralizada*, as prestações e decisões são distribuídas por um centro de redistribuição: o chefe da aldeia, o patriarca, o poder da igreja ou do estado. No caso da reciprocidade ternária centralizada, a confiança torna-se obediência e obrigação ao centro de redistribuição.

### ***Ajuda mútua e produção de valores humanos***

A ajuda mútua na agricultura corresponde a pelo menos três tipos de estrutura elementar de reciprocidade:

- a) a *reciprocidade bilateral* quando se trata de uma relação regular entre duas famílias ou dois agricultores, geralmente vizinhos ou até compadres. Nessa estrutura, em geral simétrica e entre pares, o principal sentimento produzido é a amizade que pode ser prolongada por alianças de parentesco (casamentos) ou institucionalizada no compadrio; o apadrinhamento mútuo das crianças constitui assim uma extensão das relações de parentesco.

- b) O *compartilhamento de trabalho* constitui uma estrutura específica: cada um dá para a comunidade e recebe dos outros é o caso, por exemplo, quando todos os membros do grupo ou todas as famílias da comunidade se reúnem para realizar um trabalho em favor de um agricultor : roçar uma parcela, cavar um poço, etc. Há um compartilhamento bilateral. Quando se trata de construir a moradia de jovem casal, o compartilhamento é unilateral. Temple (2004a) lembra que não se constrói a casa dos seus pais, mas dos seus filhos. Além da amizade ou da aliança, essa estrutura pode produzir prestígio para o donatário quando ele retribui a ajuda com alimentos, bebidas ou com uma festa.

- c) A *reciprocidade em estrela* (Temple, 2004a), é uma variante do compartilhamento; corresponde ao tipo de ajuda mútua que mobiliza o conjunto dos membros do grupo ou da comunidade para bens comuns : construir a escola, consertar o telhado do salão comunitário, cavar um açude comunitário. Essa estrutura produz sempre amizade, mas também a confiança entre os seus membros (e quanto a responsabilidade dos outros). Aqueles que não participam não são excluídos da comunidade, mas



perdem prestígio e honra. Essa estrutura tem uma variante específica nas comunidades andinas, entre outras, por meio do compartilhamento entre as famílias dos cargos comunitários rotativos. O sistema andino é até mais complexo, na medida em que além da rotação existe uma progressão hierárquica em termos de prestígio entre os cargos, mediante um processo iniciático e, sobretudo, uma necessidade de assumir uma redistribuição material para a comunidade, nas cerimônias e festas (Michaux et al, 2004; Temple, 2004b).

A criação de valores humanos por uma relação de reciprocidade em torno de uma produção material como no caso da ajuda mútua agrícola ou o manejo compartilhado de recursos comuns está também ligado à práxis, ao compartilhamento do esforço entre pares. As comunidades rurais, não têm uma consciência clara dessas estruturas, mas vêm nelas, uma maneira de manter as regras de compartilhamento e de solidariedade, e podem constatar e testemunhar de como produzem e reproduzem os valores de amizade, confiança e responsabilidade.

## **Conclusão**

A ajuda mútua rural corresponde a diversas práticas em constante evolução no mundo afora. Porém, um conjunto de observações recorrentes nos exemplos mobilizados permite tirar algumas conclusões gerais.

A relação de ajuda mútua depende de laços sociais, sentimentais e até simbólicos e se diferencia da troca ou do intercâmbio mercantil primeiro porque não implica numa retribuição equivalente ou monetária que livraria o beneficiário da sua dívida. De fato, existe uma expectativa de retorno da ajuda, encorajada pela pressão social e por valores de honra e prestígio, mas, essa devolução não é contratual nem obrigatória. Pode ser diferida no tempo, assumida por outro membro da família e se traduzir também, por uma prestação de natureza diferente do trabalho, uma dádiva de sementes, um gesto de amizade, uma presença pessoal num momento de necessidade.

Como essas relações conseguem se manter, muitas vezes, além do benefício material para os seus participantes ? Precisamente, porque a relação de ajuda mútua produz também valores humanos específicos de amizade, de confiança e de responsabilidade ; esses valores contribuem para a reprodução dessas relações no seio de um grupo humano, seja de maneira consciente como inconsciente.

Tais valores não são dados culturalmente ou socialmente e inseridos nas estruturas simbólicas e nas representações culturais, são pelo contrario, construídas e reproduzidas pelas relações humanas constituídas em estruturas de reciprocidade. É o ato, a relação que cria o valor e não o valor que precede o ato. É preciso esclarecer a confusão entre as categorias e lógicas de intercâmbio e reciprocidade. Nas sociedades rurais atuais, diferentemente das sociedades humanas das origens, encontramos situações mistas porque o sistema de livre câmbio tem se imposto progressivamente, chegando a esconder ou a paralisar as praticas de reciprocidade. Existe, portanto, um amplo campo de pesquisa para identificar, qualificar e diferenciar as relações e estruturas de reciprocidade daquelas de intercâmbio.

## Referências bibliográficas

- Alberti G, Mayer E, Fonseca C, 1974. Reciprocidad e intercambio en los Andes peruanos, IEP, Lima
- Belloncle G, 1979. La question Paysanne en Afrique Noire, l'Harmattan, Paris
- Bodiguel L, 2004. Multifonctionnalité de l'agriculture. Le droit rural à la confluence de la sphère marchande et des considérations sociales, CNRS, UMR 6029, CRUARAP. Nantes
- Caillé A. 2001 *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*. Desclée de Brouwers, Paris
- Caldeira C. 1957. Mutirão, formas de ajuda mutua no meio rural, Companhia Editora Nacional. São Paulo,
- Candido A. Os parceiros do Rio Bonito; Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 4ª ed. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1977
- Caron P, Sabourin E, 2001, *Paysans du Sertão. Les mutations des agricultures familiales au Nordeste du Brésil*, CIRAD, Repères, Montpellier
- Condominas G, 1974. L'entraide agricole chez les Mnong Car in *Etudes Rurales*, 53--56, 19
- Couturier I, 2001 L'entraide, spécificité juridique de l'agriculture in *Installation, contrôle des structures et sociétés en agriculture*, Barthélémy D (eds) Actes et Communications, Paris, Inra Editions, 163p
- Descola P, 1988. Ethnicité et développement économique: le cas de la Federation des centres Shuar". in GRAL: *Indianité, ethnocide, indigenisme en Amerique Latine*. CNRS. Paris. pp. 221-237
- Douglas M, 2004, *Comment pensent les institutions*, Mauss-découverte, Paris
- Federacion de Centros Shuar 1976 *La Federación Shuar. Solución original a un problema actual*. Mundo Shuar. Sucúa [Ecuador].
- Galvão H 1959. O Mutirão no Nordeste, MINAGRI, serviço de informação agrícola, UFRN, Natal
- Gervais M; Jollivet M; Tavernier Y, 1977 *Histoire de la France rurale, Tome IV (la fin de la France paysanne - depuis 1914)*, Seuil, Paris
- Godbout J, 2000, *Le don, la dette et l'identité*, La Découverte/MAUSS, Paris
- Godbout J, 2004. De la continuité du don, *La Revue du MAUSS*, 23 (1): 224-241
- Levi-Strauss C. [1950] 1977, *Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss*, in MAUSS M. *Sociologie et Anthropologie*, PUF, Paris, 482p. (7ème édition).
- Levi-Strauss C. [1947] 1967. *Les structures élémentaires de la parenté*, chap. XXVII. « les cycles de la réciprocité » Mouton, La Haye,
- Lorvellec L. ; Coururier I., 2000, *Code rural, code forestier, annotations jurisprudentielles et bibliographiques*. Dalloz, Paris, 1991p.
- Margarido A, 1974, Réciprocité paysanne au Brésil, *Annales* (6) 1338-1345
- Mauss M. [1924] 1950 "Essai sur le Don", In: *Sociologie et Anthropologie*, PUF, Paris
- Mendras H, 1967 *La fin des Paysans*, Actes Sud, Aix en Provence
- Mercoiret, M R, Goudiaby B. Ba, C O, Bosc, P.M. 2004 *La multifonctionnalité agricole comme relation entre fonctions marchandes et fonctions non marchandes Etude de cas dans la zone du Fogny, Bignona – Senegal*, Cirad, Montpellier
- Michaux, J. Gonzales, M, Blanco E. 2004. Territorialidades andinas de reciprocidad, la comunidad <http://reciprocidad.chez-alice.fr/helicoidal.html> acesso 20/12/2004
- Ostrom E, 1998 A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action *American Political Science Review* 92 :1-22,
- Polanyi K [1944] 1983, *La grande transformation : aux origines politiques et économiques de notre temps*, Gallimard, Paris, 420p.
- Polanyi K, Arensberg C., Pearson H. W. [1957] *Trade and Market in the Early Empires. Economies in History and Theory*, The Free Press, New York, 360p.
- Sabourin E, 1981. La réponse des Aguarunas et Huambisa...In: *Journal de la Société des Américanistes, Bulletin des Américanistes*, Tome LXVII. Musée de l'Homme, Paris. 442-450.

- Sabourin E, 1988 Reflexões sobre as dinâmicas associativas e comunitárias na Guiné Bissau. In: *Soronda* (6) 71-82.
- Sabourin E, 2000 Peasant reciprocity practises in Brazilian Northeast rural communities and endogenous development, X World Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro
- Sabourin E. 2001. Reciprocidad e intercambio en comunidades campesinas del Nordeste: Massaroca (Bahía, Brasil) *Revista Ibero americana de Autogestión y Acción Comunal*, 35-36-37 : 101-112
- Sabourin E ; Ribaud P. 1989 Organisation d'une structure d'appui aux producteurs privés et paysans. Institut National du Café d'Angola; CCCE, EDI-IRFED, Paris, 61p
- Sidersky P. 1987. As relações de trabalho numa sociedade de cultivadores de arroz : o caso dos balantas de Tombali, *Soronda*, 3, 21-32
- Sourisseau J M, Mouridi B, Burnod P, Bonnal P, Losch B. 2004, Le monde agricole mahorais, une lecture par l'articulation de relations marchandes et non marchandes, Cirad Tera, Montpellier.
- Temple D., 1983, *La dialectique du don. Essai sur l'économie des communautés indigènes*. Diffusion Inti, Paris
- Temple D., 1997. L'économie humaine in *La revue du MAUSS* n°10, (1) :103-109
- Temple, D. 1998. Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* n°12 : 234-242
- Temple, D. 1999, Théorie de la réciprocité: in : [http:// dominique.temple.chez.tiscali.fr/](http://dominique.temple.chez.tiscali.fr/)
- Temple D., 2004a Réciprocité et valeur. in : [http:// dominique.temple.chez.tiscali.fr/](http://dominique.temple.chez.tiscali.fr/)
- Temple D., 2004b. Teoria de la Reciprocidad, tomo III : La economía de reciprocidad, PADEP-GTZ , La Paz, Bolivia, 502p